

# A vez da subjetividade no leme da história: discurso historiográfico e ficção em *Os velhos marinheiros*

**Márcio Roberto Soares Dias**

Doutorando em Letras pela UFBA.

Professor Assistente do Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários da UESB.

**Resumo** Este artigo aborda o romance *Os velhos marinheiros* de Jorge Amado, através da perspectiva do discurso historiográfico que é encetado por seu narrador. A análise privilegia a discussão do significado da própria produção do relato histórico como fenômeno não de resgate de fatos pretéritos, mas de sua reconstrução. Esta é uma noção que se assenta na convicção não só da impossibilidade da totalização do passado, mas também na incapacidade de uma abordagem científica de fatos históricos, independentemente da subjetividade de quem os registrou ou de quem os estuda.

## 1. Primeiras considerações — um novo modo de ver a história

Durante os anos de 1950 e princípios de 1960, muitos historiadores e críticos literários ainda baseavam seus relatos do passado em pressupostos filosóficos que bem podem ser definidos como naturalistas ou positivistas. Ou seja, acreditava-se que fatos históricos eram passíveis de serem estabelecidos e verificados através de pesquisa, e que eles poderiam ser provados como reais ou não. Assim, após serem esses fatos determinados e comprovados, eles se prestariam para a explicação minuciosa de causas e significados de eventos atuais.

Da mesma forma, a crítica e a historiografia literárias acreditavam que uma obra poderia ser examinada dentro dos limites desses relatos históricos válidos, e que as relações entre o texto literário e o contexto histórico poderiam ser detectadas, analisadas e empregadas para ajudar a explicar o “sentido” da obra. Como consequência, a compreensão desse “sentido” poderia, então, ser utilizada para fundamentar interpretações acerca das “intenções” e “valores” do autor, bem como sobre o período e o contexto no qual a obra foi composta.

Em contraste — e muitas vezes em conflito — com essa visão historicista, outros estudiosos estavam mais interessados nas qualidades estéticas inerentes ao texto. Para esses

críticos — os formalistas, como ficaram denominados — uma interpretação do texto deveria se basear numa análise que privilegiasse os elementos técnicos da própria obra. Um crítico experiente, perspicaz às nuances da língua, estaria apto a descobrir o “sentido” de uma obra através da explicação detalhada de sua estrutura interna.

A partir, entretanto, de meados da década de 1960, originalmente na França e Alemanha, mas espalhando-se rapidamente pelos Estados Unidos, uma série de questões fundamentais a respeito dessas duas correntes inevitavelmente acabou emergindo. Certos pensadores — Martin Heidegger, Paul de Man, Jacques Derrida etc. que, entre outras coisas, argumentavam não ser a língua um sistema lógico que possibilitasse descrições de uma realidade independente, mas sim uma totalidade historicizada de textos dentro da qual o que é tido como realidade estaria em constante e interminável estado de redescoberta —, cujas obras vieram trazer novos direcionamentos para a historiografia e para a crítica literária, puseram em xeque a validade de certas categorias de pensamento utilizadas nas discussões éticas, estéticas e epistemológicas. Para o historiador e crítico literário Emory Elliott, essa revisão filosófica conduziu teóricos de literatura e historiadores, especialmente aqueles filiados ao desconstrutivismo ou a outras correntes pós-estruturalistas, a questionarem a idéia de uma relação fixa entre mente e realidade material e, em consequência, a própria natureza do conhecimento (ELLIOT: 1988, pp. 10-25). Ou seja, o conhecimento humano passava a ser encarado como uma categoria submetida ao relativismo radical da percepção de cada indivíduo. Ilustrando: duas pessoas podem concordar que o rio São Francisco existe em realidade; mas cada uma conhece o São Francisco através dos traços, cor, volume etc. que são matizados por sua experiência pessoal. Assim, vão existir tantos rios São Francisco, quanto o número de indivíduos e mentes houver para contemplá-lo.

Da mesma maneira, registros antigos, diários, cartas, jornais, documentos oficiais, manuscritos, levantamentos estatísticos etc. examinados por um historiador não irão necessariamente refletir o passado, porque o passado puro e simples não existe; existe sim um passado passível de ser reconstruído a partir desses documentos que são analisados e filtrados de acordo com a percepção e interesses do historiador que sobre eles se debruça. Daí a aporia da descrição da realidade aventada pelos pensadores citados acima. Portanto, não seria de todo desarrazoado dizer que o historiador não é um “desvendador de verdades”, talvez seja até um “contador de histórias” que atinge o sucesso na medida em que consegue convencer seus leitores de que a sua interpretação do passado é verdadeira (ELLIOT: 1988, p. 15). Observe-se que esse convencimento se dá não através de fatos, mas através de uma retórica persuasiva e de uma certa habilidade de narração (cf. DE MAN: 1996, pp. 146-56). Assim, a história oficial de algum período de uma nação nada mais é do que uma história de um evento que é largamente aceita. Isso quer dizer que o relato da “história” de um povo pode ser bem diferente da imagem que outro povo tem daquela mesma “história”.

## 2. A tentativa do resgate da verdade

Em *Os velhos marinheiros* (AMADO: 1977)<sup>1</sup>, uma questão que chama bem a atenção está relacionada com essa tentativa de se estabelecer a verdade de fatos pretéritos. Esta questão é, desde as primeiras linhas, encetada pelo narrador: “Minha intenção, minha única intenção!, acreditem, é apenas restabelecer a verdade” (VM, p. 13). No início do livro, o narrador tem a convicção de que uma verdade histórica, inequívoca e impessoal existe. E caberia ao historiador, com total isenção e imparcialidade — “coloco-me aqui como um historiador imparcial” (p. 63) —, estabelecer esta veracidade dos fatos históricos. Nessa tentativa, documentos são arrolados, testemunhos são ouvidos. A verdade, dentro de uma tal linha de raciocínio, mais se assemelharia a um artefato perdido a espera do pesquisador habilidoso, apto a resgatá-la incólume do passado:

Meu desejo, meu único desejo, acreditem!, é ser objetivo e sereno. Buscar a verdade em meio à polêmica, desenterrá-la do passado, sem tomar partido, arrancando das versões mais diferentes todos os véus da fantasia capazes de encobrir, mesmo em parte, a nudez da verdade. (VM, p. 18.)

Continuando nessa linha de análise, o próprio passado — para usar uma imagem, muito questionada<sup>2</sup>, de Eugene Nida, apresentada no livro *Language structure and translation* (1975), a respeito de materiais textuais de línguas diferentes — poderia, ao seu turno, ser comparado a uma carga a ser transportada em vagões. Parafraseando o texto da Prof.<sup>a</sup> Rosemary Arrojo (1997, pp. 11-12), se pensarmos o processo historiográfico como o transporte de significados de fatos do passado para o momento presente, acreditaríamos ser o passado um “objeto” estável, “transportável”, de contornos absolutamente claros, cujo conteúdo poderia ser classificado completa e objetivamente. Afinal, se fatos já acontecidos são como carga contida em vagões, é perfeitamente possível determinarmos e controlarmos todo o seu conteúdo e até garantirmos que seja transposto na íntegra para outro conjunto de vagões. Ao mesmo tempo, se compararmos o historiador com o encarregado do transporte dessa carga, assumiremos que sua função, meramente mecânica, se restringe a garantir que a carga chegue intacta ao seu destino. Noutras palavras: o historiador teria como incumbência descobrir e trazer até nós “fatos” pretéritos, isto é, transportar a carga de significados, mas não interferir nela, não a “interpretar”.

Seguindo esta perspectiva de análise, o que se pretenderia apresentar como “realidade” ou “fato” histórico jamais poderia depender da percepção de indivíduos. Quando isto acontece, tem-se o advento da “versão”. Ora, como versão é sinônimo de “interpretação”, “explicação” (HOUAISS: 2001), o ideal de “imparcialidade” no relato dos fatos sofre forte golpe.

---

<sup>1</sup> Doravante, as citações do livro *Os velhos marinheiros* serão indicadas no corpo do texto pelas iniciais VM, seguidas pelo respectivo número da página.

<sup>2</sup> Essa imagem é discutida por Rosemary Arrojo (1997), de quem tomamos emprestado a reflexão, quando debate questões atinentes à teoria e à prática da tradução.

Em *Os velhos marinheiros*, a existência de duas versões opostas sobre os “fatos históricos” do romance — a do comandante Vasco Moscoso de Aragoão e a de Chico Pacheco, ambos já falecidos no tempo atual da narrativa — vai desencadear no narrador/historiador uma série de angústias. Desse modo, além de “desenterrar do passado” a verdade, terá outra (equivocada) tarefa: a de desmoralizar o que é “falso” e engrandecer o que é “verdadeiro”:

Vejam os senhores: mete-se um esforçado historiador a pesquisar a verdade em anais tão embrulhados quanto estes, e, de repente, depara com versões desencontradas e opostas, na verdade merecedoras de crédito umas e outras. Em quem Acreditar? Duas versões expostas, a do próprio comandante, homem de méritos indiscutíveis e a de Chico Pacheco, com tantos detalhes comprováveis, qual preferir e oferecer à boa fé dos leitores? Está esse moço atravancado de obstáculos, rodas de leme e devassas mulheres da vida, não sei como chegar-lhe ao fundo para de lá arrancar, resplandecente e nua, a verdade capaz de exaltar a memória de um dos dois adversários e expor o outro à execração pública. Exaltar a quem, qual desmascarar? (VM, p. 137)

A suposta autonomia histórica do passado, para o narrador de *Os velhos marinheiros*, acaba, portanto, apresentando-se de uma forma não muito pacífica. Pois a complexidade do passado leva-o a constatar a própria complexidade da realidade presente — ou o inverso: se a realidade atual já se mostra tão intrincada, a ponto de exigir uma leitura mais aguçada, o que dizer de sucessos que ocorreram noutras épocas? Mas, a respeito da ocorrência de lacunas na pesquisa a que se atira, é interessante observar como o narrador/historiador se comporta. Na tentativa de superar as controvérsias que por ventura pudessem obstaculizar sua tarefa de “restabelecer” os fatos exatamente ocorridos, sua primeira ação é a de levar as versões do passado ao exame de pessoas eminentes e importantes na sociedade. Isto porque seriam tais personalidades detentoras de erudição e sabedoria: mais próximas, portanto, de emitirem um juízo isento:

Confesso que a malévola campanha (...) desencadeada por Chico Pacheco contra o comandante abalou um pouco minha antes incondicional admiração pela figura ímpar do herói. (...) Não digo para influir num prévio julgamento, coloco-me aqui como historiador imparcial (...).

Num trabalho de pesquisa como este a que me atirei (...), tentando restabelecer a verdade, certos detalhes necessitam ser levados, se não a debate público, pelo menos ao exame das personalidades gradas, capazes de sobre eles emitirem douta opinião. (VM, p. 63)

### **3. Documento: artefato neutro?**

Tal visão da história, baseada em julgamentos “isentos” encontra ressonâncias, como já foi dito, com concepções naturalistas e positivistas. Esta constatação conduz a um ponto muito interessante para discussão. O que, a princípio, parece deixar o narrador/historiador do romance “confuso e desorientado” é o fato de ele lidar apenas com depoimentos de contemporâneos dos “dois adversários”. Falta-lhe, em verdade, o instrumento de neutralidade que seria capaz de “resgatar” a verdade — que “não só está no fundo de um poço, mas

lá se encontra inteiramente nua, sem nenhum véu a cobrir-lhe o corpo” (VM, p. 13). Está claro que esse instrumento seria o documento. Lembre-se a esse respeito Nelson Schapochnik, quando, fazendo referência aos princípios empiristas que caracterizavam e instruíam a historiografia do século XIX, comenta que

A similaridade entre o trabalho do historiador e aquele desempenhado pelos naturalistas reforçava a identidade entre o documento e o acontecimento. Assim o documento era concebido como expressão irrefutável do “fato”, espelho da realidade e prova irreduzível, uma vez que o documento fala por si mesmo. O primado da observação satisfazia os preceitos da neutralidade e objetividade exigida (*sic.*) pelos historiadores. (SCHAPOCHNIK, 1992, p. 15).

Ou seja: ao documento era atribuído um valor de “testemunho”, como se houvesse, *a priori*, uma identidade transcendente entre ele (o documento) e o acontecimento. Essa forma de perceber a história descarta e desqualifica a figura do historiador como sujeito pensante, pois o alija de qualquer intencionalidade. Mas, ao contrário dessa linha de pensamento, Le Goff comenta que o próprio ato da escolha de um documento, em detrimento de outros, com a conseqüente atribuição de um valor testemunhal ao artefato agalado — que é resultado da posição do historiador na sociedade de sua época e da sua própria organização mental — já sinaliza para uma situação inicial que se mostra menos “imparcial” e menos “neutra” do que a própria intervenção no documento em si:

O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF: 1987, p. 103).

#### 4. Poder e discurso

O humor e a ironia com que Jorge Amado trata essas questões — que se tornam, em certos momentos, uma angústia para seu narrador — não ofuscam certas discussões (políticas) que estão subjacentes ao discurso historiográfico. A tal capacidade de exarar juízo “isento” e “neutro” guarda uma estreita relação com mecanismos de controle da lembrança e do esquecimento. A construção de uma “memória oficial” está visceralmente relacionada a embates de forças sociais pelo poder, pois

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos da memória coletiva. (LE GOFF: 1987, p. 13).

Uma das grandes qualidades de *Os velhos marinheiros* é que esse romance se afasta dos caminhos retos do naturalismo — mesmo do neonaturalismo de cunho socioeconômico, que o próprio Jorge Amado chegou a cultivar. O toque de humor filtrado através das digressões de seu narrador tem a propriedade de trazer ao leitor — ao contrário do que quer esse narrador/historiador (“ingênuo”, para usar o termo de Le Goff) — dúvidas e incertezas. As hesitações desse personagem, enunciador de um discurso literário que se quer histórico, conduzem inapelavelmente a questões capitais que dizem respeito à historiografia e a conceitos como “verdade”, “fidelidade”, “fontes”. Apesar da seriedade das polêmicas que o livro suscita, são inusitadas e, às vezes, hilárias as conclusões a que chega o narrador, sempre às voltas com sua procura da verdade singular:

Já me disseram ser o tempo quem termina sempre por estabelecer a verdade, mas não creio nisso. Quanto mais passa o tempo, mais difícil apurar os fatos, encontrar as provas concretas, os detalhes esclarecedores. (...) Cheguei à conclusão de que só a intervenção do destino, numa dessas casualidades ainda sem explicações, pode realmente, por vezes, levar ao reconhecimento da verdade. Sem o que, permanecerá a dúvida eterna: foi Maria Antonieta leviana e corrupta, como querem os sectários da revolução, ou era uma flor de pureza e de bondade, como pintam os adoradores do obscurantismo da realeza? (VM, p. 139).

Nesse ponto, quando responsabiliza o *destino* como elemento único a “levar ao reconhecimento da verdade”, parece que o narrador começa, clinicamente, a compreender o sentido de uma frase travessa, comum entre políticos mineiros da primeira metade do século XX:

No tempo em que a política mineira era uma planície onde o campeavam velhas raposas, circulava nos covis uma frase tão cínica quanto reveladora do pragmatismo com que as elites geralistas se destacaram no jogo do poder. Costumavam dizer que “o que importa não é o fato, mas a versão” — antecipando-se talvez ao que a moderna historiografia, somente após superar o positivismo, viria a reconhecer como papel da subjetividade no conhecimento do passado. (FURTADO: 1997, p. 87).

A verdade, então, passa a ser apenas uma categoria — bem nietzschiana, por sinal — plural, inesgotável e freqüentemente contraditória de enunciados ou discursos que, em vista de suas conseqüências práticas, se revelam úteis ou favoráveis aos interesses de indivíduos, grupos, ou da humanidade em geral. Assim, o nosso trigueiro narrador suspira ao *destino* sua intervenção para, transformando água em vinho, afastar as suspeitas — bem fundadas, diga-se de passagem — que seu outrora amigo, o Juiz Alberto Siqueira, lhe lança a respeito de Dondoca, amante do magistrado: “então não sabem que o destino é caprichoso?”, pergunta inescrupulosamente aos leitores, talvez ingênuos. “Quando [o destino] intervem para restabelecer a verdade”, continua, “ele o faz ao sabor de suas simpatias, e não à vista de provas e documentos” (VM, p.141 [grifo meu]).

## 5. Considerações finais — a maleabilidade da verdade

O pensamento que perpassa o relato do narrador, sobretudo em suas digressões, revela, a princípio, as aflições que o atingem e que com o leitor divide. Mas todas as elucubrações vão desembocar na inevitável conclusão da impossibilidade de resgate do que se tem por *verdade*. Pois, como ele mesmo pergunta, à guisa de conclusão, no último parágrafo do romance:

Afinal, digam-me os senhores com suas luzes e sua experiência, onde está a verdade, a completa verdade? Qual a moral a extrair desta história por vezes salafrária e chula? Está a verdade naquilo que sucede todos os dias, nos quotidianos acontecimentos, na mesquinhez e chatice da vida da imensa maioria dos homens ou reside a verdade no sonho que nos é dado sonhar para fugir de nossa triste condição? Como se elevou o homem em sua caminhada pelo mundo: através do dia-a-dia de misérias e futricas, ou pelo livre sonho, sem fronteiras nem limitações? Quem levou Vasco da Gama e Colombo ao convés das caravelas? Quem dirige as mãos dos sábios a mover as alavancas na partida dos esputiniques, criando novas estrelas e uma lua nova no céu desse subúrbio do universo? Onde está a verdade, respondam-me por favor: na pequena realidade de cada um ou no imenso sonho humano? Quem a conduz pelo mundo afora, iluminando o caminho do homem? O Meritíssimo Juiz ou o paupérrimo poeta? Chico Pacheco, com sua integridade, ou o Comandante Vasco Moscoso de Aragoão, capitão de longo curso? (VM, p. 243)

A sua constatação de que o conceito de verdade é maleável contradiz aquela noção histórica que se assenta sobre a totalização do passado e acredita na possibilidade de um estudo científico dos fatos pretéritos, independentemente da subjetividade daqueles que os registraram ou dos que os estudam. Neste ponto, os limites entre história e ficção se embacçam, uma vez que ambas passam a ser compreendidas como discursos engendrados a partir do sistema simbólico de uma época. No entanto, ficção e história mantêm, cada qual, sua própria alteridade. Já se viu antes o perigo do romance que se quis histórico, segundo uma orientação naturalista: a busca da veracidade ao invés da verossimilhança. Porque, como bem observou Antonio Candido (1999, p. 33), vida e verossimilhança são antagônicas. É impossível apreender o multifacetado caótico de uma vida, ou de um acontecimento, sem que esse passe por um processo de convencionalização, capaz de fornecer ao leitor uma ilusão de totalidade, imprescindível para a legibilidade do romance. E parece ser esta realmente a conclusão a que chega o narrador de *Os velhos marinheiros*.

### Referências bibliográficas

AMADO, Jorge. *Os velhos marinheiros: ou a completa verdade sobre as discutidas aventuras do comandante Vasco Moscos de Aragoão, capitão de longo curso*. 37 ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1997.

CANDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DE MAN, Paul. *Alegorias da leitura: linguagem figurativa em Rousseau, Nietzsche, Rilke e Proust*. Trad. Lenita R. Esteves. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

ELLIOT, Emory (General editor). *Columbia Literary History of the United States*. New York: Columbia University Press, 1988.

FURTADO, Joaci Pereira. *Uma república de leitores: história e memória na recepção das "Cartas Chilenas"*. São Paulo: Hucitec, 1997.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0*. São Paulo: Objetiva, 2001. 1 CD ROM. Produzido por FL Gama Design Ltda.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, in: *Enciclopédia Einaudi*. Trad. Conceição Pais *et alli*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987.

NIDA, Eugene *Language structure and translation*. California: Stanford University Press, 1975.

SCHAPCHNIK, Nelson. *Letras de formação; Varnhagen e Alencar: projetos de narrativa instituinte*. 1992. 245f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo.